



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: N° 03  
Proc. N° 2267/2022

**PROJETO DE LEI N°**

**083/2022**



**PL**

**CRIA O SELO DE ACESSIBILIDADE  
ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL  
NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE  
BARUERI**

**RUBENS FURLAN**, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica criado o “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” para estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo e/ou privado, que proporcionarem aos usuários atendimento prioritário e condições de acessibilidade arquitetônica e comunicacional às pessoas com deficiência.

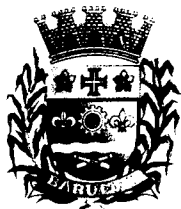
**CAPÍTULO II**

**DOS CONCEITOS GERAIS APLICADOS**

**Art. 2º** Para efeito desta lei, adotam-se os seguintes conceitos estabelecidos pela ABNT NBR 9050/2020 e Lei Brasileira da Inclusão (LBI) nº 13.146/2015:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;

II – acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: Nº 04  
Proc. Nº 2267/2022

sistemas e tecnologias ou elementos, que possam ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa;

III – adaptável: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se tornem acessíveis;

IV – adaptado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis;

V – adequado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis;

VI – ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

VII – área de circulação espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas;

VIII – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

IX – impraticabilidade: condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade;

X – reforma: intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento, que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais;

XI – rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: N° 03  
Proc. N° 2267/2022

edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e seguro por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros;

XII – uso comum: espaços, salas ou elementos, externos ou internos, disponíveis para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes);

XIII – uso público: espaços, salas ou elementos externos ou internos, disponíveis para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada; e

XIV – uso restrito: espaços, salas ou elementos internos ou externos, disponíveis estritamente para pessoas autorizadas (por exemplo, casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares).

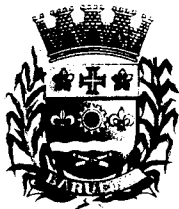
**Art. 3º** O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§1º O tratamento diferenciado compreende:

I – em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar, assentos adequados, espaços reservados para pessoas usuárias de cadeira de rodas, lugares específicos para pessoas com deficiência, inclusive acompanhante e instalações acessíveis, de modo a facilitar-lhes o acesso, circulação e comunicação;

II – mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas cadeirantes;

III – serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva prestado por intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: Nº 06  
Proc. Nº 2262/2022

IV – funcionários capacitados para prestarem atendimento a pessoas com deficiência em todas suas modalidades;

V – disponibilidade de área preferencial para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI – sinalização ambiental (horizontal e/ou vertical, de acordo com a utilização do espaço referido) para orientação das pessoas;

VII – admissão de entrada e permanência de cão-guia que acompanha pessoa com deficiência visual; e

VIII – outras formas de tratamento diferenciado que venham a ser incluídas pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA).

### CAPÍTULO III

#### DA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL

**Art. 4º** A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e comunicacionais devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, a legislação específica e, para a atribuição do "Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional", devem se orientar a partir das regras contidas nesta lei.

**Art. 5º** Os locais de uso restrito nas edificações estão dispensados de cumprir as exigências de acessibilidade.

Parágrafo único. Os locais das edificações enquadrados como uso restrito devem constar da planta e do memorial descritivo ou laudo técnico, sendo atestados pelo profissional responsável técnico e ratificados pelo proprietário ou responsável pelo uso.



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: Nº 07  
Proc. Nº 2267/2022

## CAPÍTULO IV

### DA CONCESSÃO DO SELO DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E COMUNICACIONAL

**Art. 6º** Para a concessão do “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional”, devem ser adaptadas às condições de acessibilidade as edificações existentes destinadas ao uso:

I – público: entendida como aquela administrada por órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta ou por empresa prestadora de serviço público e privada destinada ao público em geral;

II – coletivo: entendida como aquela destinada à atividade não residencial; e

III – privado: entendida como aquela destinada à habitação classificada como multifamiliar.

§1º Os prazos de adaptação devem ser estabelecidos pela Comissão Permanente de Acessibilidade, a qual deve respeitar a legislação em vigor.

§2º Na edificação de uso privado multifamiliar, todas as áreas comuns devem ser acessíveis.

**Art. 7º** A concessão do “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” é atribuída aos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo para cada um dos seguintes aspectos:

I – prestação de atendimento prioritário às pessoas com deficiência;

II – condições gerais de acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

**Art. 8º** O “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” deve ser concebido ao estabelecimento que cumprir as normas de acessibilidade, bem como às leis e decretos que estabelecem



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fls: N° 08  
Proc. N° 2262/2022

critérios mínimos, entre eles a ABNT NBR 9050/2020 (versão corrigida 2021), Lei Brasileira de Inclusão – LBI, 13.146/2015 e o Decreto Federal 5.296/2004, ou leis, decretos e normas que vierem a suceder.

**Art. 9º** O “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” deve ser concedido para cada estabelecimento, com prazo bienal de validade, com a revalidação a ser realizada pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) do município de Barueri, mediante provocação da parte interessada.

§1º A vistoria pode ocorrer por:

I – requerimento do estabelecimento público ou privado de uso coletivo perante a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPD) – Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB); ou

II – solicitação de entidades representantes de pessoas com deficiência.

§2º O “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” é categorizado por três padrões:

I – bronze: atende-se de 40 a 60%;

II – prata: atende-se de 60 a 80%;

III – ouro: atende-se de 80 a 100%.

§3º A vistoria é realizada pelos membros da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), a qual fica responsável por estabelecer os critérios de avaliação e o tempo de realizações de atividades e reconhecimento aos estabelecimentos que atenderem os critérios do parágrafo supracitado.

**Art. 10.** O “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” deve ser outorgado mediante solenidade oficial, garantindo-se divulgação permanente por parte da Administração Pública do Município, pelos meios de comunicação oficiais.



SECRETARIA DE  
**NEGÓCIOS  
JURÍDICOS**

PREFEITURA DE  
**BARUERI**  
CIDADE INTELIGENTE

Fis: N° 09  
Proc. N° 2267/2022

**Art. 11.** O Poder Executivo deve regulamentar a presente lei e o “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” somente será concedido após reunir todas as condições estabelecidas em norma regulamentadora e nas leis sobre a matéria.

Parágrafo único. A certificação estabelecida nesta lei é concebida pelo Poder Executivo, com a participação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPD).

**Art. 12.** O selo é confeccionado e disponibilizado em parceria com a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB), de modo gratuito aos órgãos públicos e privados de uso coletivo, a fim de incentivar a acessibilidade.

Parágrafo único. Como modo de incentivo, os estabelecimentos podem utilizar o “Selo de Acessibilidade Arquitetônica e Comunicacional” como publicidade do estabelecimento, os quais também serão apontados em reportagens sobre acessibilidade, nos meios oficiais de comunicação ao público e no relatório final da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) a ser entregue ao Prefeito.

**Art. 13.** As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 14.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 15.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Barueri,**

Aprovado em única discussão e  
votação. Ao Sr. Prefeito para  
sancionar, promulgar e publicar

Em 11 / 10 / 2022

Presidente

**RUBENS FURLAN**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Barueri  
Extraírem cópias e envia-las  
aos Vereadores  
Em 04 / 10 / 2022  
Presidente

Câmara Municipal de Barueri  
As Comissões Permanentes para  
PARECER  
Em 04 / 10 / 2022  
Presidente